



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639893 - SP (2021/0011496-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : ALESSANDRO VITOR DE MACEDO
ADVOGADO : ALESSANDRO VITOR DE MACEDO - SP390450
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REINALDO MORENO SGUARCINA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REINALDO MORENO SGUARCINA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2002050-33.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito no dia 5/1/2021, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 33, da Lei n. 11.343/2006, cuja prisão foi posteriormente convertida em preventiva.

Sustenta a impetrante o cabimento do *habeas corpus* na hipótese vertente, não se aplicando o óbice da Súmula n. 691 do STF, à vista da flagrante teratologia na decisão que decretou a custódia cautelar.

Discorre acerca das condições pessoais do paciente, aduzindo que não estão presentes os pressupostos que autorizam a medida extrema, a teor do que dispõe o art. 312 do CPP.

Defende, ainda, a ausência de fundamentação idônea a justificar a prisão preventiva, afirmando que não foi analisada a possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ou a aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio

mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi devidamente fundamentada.

No ponto, colhe-se a argumentação do *decisum* apontado como ato coator (e-STJ fl. 21):

Examinada a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, proferida no dia 6.1.2021 (fls. 14/16), não se vislumbra, de plano, a presença de vícios que permitam a imediata concessão da medida requerida. Para justificar a prisão, com vistas à garantia da ordem pública, a autoridade apontada como coatora reportou-se à gravidade do delito em apuração, evidenciada pela suspeita de que os indiciados estavam em conluio para levar a droga para o Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia, onde os corréus Willian e Filipe cumpriam pena no regime semiaberto. O Magistrado ainda destacou que foi encontrada com Reinaldo a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) e que, segundo os policiais ouvidos, o paciente desobedeceu a ordem de parada do veículo que transportava o grupo, pouco antes da abordagem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência